
A politização da saúde pública no X (antigo Twitter): uma análise das conversações sobre vacina no ano de 2024¹

Victoria FERRO²

Fábio MALINI³

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES

RESUMO

A plataforma da vida social, derivada da popularização de novas tecnologias de comunicação, tornou a internet um bom termômetro da opinião pública. A relação entre plataformas digitais e a emissão da opinião se estreitou ainda mais diante da pandemia de Covid-19 e, apesar do seu fim ter sido oficializado em Maio de 2023, a temática vacinal e outros tópicos relativos à saúde coletiva ainda são pauta de discussão sob uma perspectiva política, especialmente se observada pelo olhar da polarização evidente no Brasil. A proposta de compreender os *insights* a respeito do processo de politização da saúde pública no cenário pós-pandêmico será realizada por meio de uma análise de dados retirados da plataforma do X (antigo *Twitter*) nos primeiros quatro meses do ano de 2024, buscando evidenciar os processos comunicacionais envolvidos na transformação da vacina em uma ferramenta do jogo político.

PALAVRAS-CHAVE: Twitter, vacina; polarização; politização; saúde.

1. INTRODUÇÃO

A comunicação mediada pelas plataformas digitais conquistou um espaço importante na análise do mundo contemporâneo, assim como as características deste e as atualizações dos fluxos culturais que se inserem no meio social (JÚNIOR; SILVEIRA, 2023). A ampliação do papel dessas plataformas digitais e os seus desdobramentos em certas dinâmicas sociais é exatamente o que caracteriza a denominada “plataformização” (VAN DIJCK; POELL; NIEBORG, 2020). O novo sistema comunicacional baseado na internet e nas mídias digitais é visto por estudiosos da área da comunicação como um processo de democratização e ampliação da informação e do contato entre indivíduos sem o intermédio das grandes mídias tradicionais

¹ Trabalho apresentado no IJ06 – Interfaces Comunicacionais, da Intercom Júnior – XX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo, e-mail: victorialferro99@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor Associado IV no Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordena o LABIC/Ufes e é professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFES. e-mail: fabiomalini@gmail.com

(GILSOGAMO, s.d.). Diante da ampliação do que é considerado o “espaço público”, as mídias digitais tomaram a centralidade da vida social, de um modo que fez com que os limites entre o concreto e o virtual se estreitassem a um nível em que não houvesse mais a diferenciação absoluta entre ambas as esferas.

O fato de que as redes sociais constituíram-se como ferramenta central da vida dos indivíduos tornou o meio digital um espaço relevante para os debates de assuntos de interesse público, sendo capaz de

[...] convencer os outros, começar guerras, invocar amor e paz, derrubar um governo, destruir reputações, compartilhar emoções e opiniões. Pode-se expressar ideias, pensamentos, ideologias, sentimentos e fracassos (Spenillo, 2017, p. 221-222). É assim que, na atualidade, o interesse é determinar se as pessoas assumem as visões expressadas através das mídias sociais, como indício do pensamento do público geral, mas também, identificar as consequências comportamentais dessas percepções. (ZERBACK; FAWZI, 2016, p. 1035 apud RODRÍGUEZ; TORRES, 2022, p. 788, tradução própria).

Na última década, o processo de polarização da sociedade tem se expressado, em boa medida, através das plataformas de redes sociais. Todavia, mais do que uma produção desses novos espaços de comunicação e sociabilidade, tal processo deriva da ação de uma série de atores, dentre eles, políticos populistas e veículos de mídia partidarizados (BENKLER; FARIS; ROBERTS, 2018).

2. POLARIZAÇÃO POLÍTICA, OPINIÃO PÚBLICA E PLATAFORMAS DIGITAIS

2.1. Polarização política no Brasil

Conceituar e compreender o que é polarização política, em primeiro momento, faz-se necessário à criação do pano de fundo no qual a análise que será desenvolvida encontra-se, como uma forma de estabelecer uma conexão entre os objetivos propostos pelo artigo.

Por definição, polarização é “enfaticamente a presença simultânea de princípios de oposição ou conflito, tendências ou pontos de vista” (FIORINA; ABRAMS, 2008, p. 566, tradução própria). Para que o rótulo de ‘polarização’ seja sustentado, a bimodalidade é um elemento que se faz necessário. Isso significa dizer que a consideração de que a polarização existe dentro de um sistema democrático só pode tornar-se uma afirmativa diante do caráter distributivo que, concentrado nos extremos

da escala partidária ou ideológica, demonstre o esvaziamento do centro (FIORINA; ABRAMS, 2008). Fiorina e Abrams afirmam que a polarização não é um fenômeno estático, mas que ela se modifica de acordo com características próprias de seu tempo, podendo apresentar níveis distintos de intensidade.

Diante da compreensão sobre a elasticidade da polarização política, Fiorina e Abrams (2008) recorrem ao estudo retroativo sobre a compreensão do que é polarização na perspectiva de DiMaggio (1996), que toma como ponto de partida a delimitação do que não é a polarização. Paul DiMaggio compreende que, apesar da polarização culminar, muitas vezes, em processos barulhentos de incivilidade diante de mudanças políticas, o conceito aproxima-se da extensão da discordância, e não das formas como ela é expressa. Para realizar uma análise categórica sobre a polarização e as mudanças que esta sofre enquanto um fenômeno político e social, é necessário ter a capacidade de medi-la e, para isso, a capacidade de defini-la, assim como demonstrar as razões pelas quais estamos interessados em seu estudo.

DiMaggio (1996) compreende a polarização tanto como um estado quanto como um processo. Isso significa dizer que a polarização enquanto estado “refere-se à medida em que opiniões sobre uma questão aparecem em sentido oposto a uma máxima teórica. Polarização como processo refere-se ao aumento da oposição ao longo do tempo.” (p. 693, tradução própria). Pensando nas maneiras de polarização como processo, como já proposto por DiMaggio (1996), o conceito de Abramowitz (2008) sobre a polarização ideológica aparece como uma maneira eficaz de explicar o aumento das discordâncias entre as partes envolvidas no processo político atual. Identificar que a opinião pública sofreu – e sofre constantemente – determinadas “atualizações” de suas pautas ao longo dos processos históricos da humanidade abre caminho para a compreensão do aumento do distanciamento entre os pólos da política. Partindo desse entendimento, Abramowitz (2008) traça uma comparação entre identificação política dos atores envolvidos na esfera pública e as pautas incorporadas em suas ideologias, que giram em torno de questões como trabalho, direitos civis, moldes econômicos, etc.

Ademais, Abramowitz não foi o único estudioso a compreender essas mudanças no cenário político. Contemporâneos ao seu estudo, Fiorina e Abrams (2008) também trouxeram em seus estudos as novas características evidentes que influenciam a

polarização, apontando para a sucessão de acontecimentos a partir do discurso de Buchanan⁴, reafirmada pela máxima conclusiva de que a polarização não é estática.

Em 1994, os democratas perderam o controle da Câmara de Representantes pela primeira vez em 40 anos, um resultado chocante atribuído a “homens brancos raivosos” economicamente inseguros que atacam o aborto, as ações afirmativas, os direitos dos homossexuais, o controle de armas, a Hillary Clinton, a imigração e outras provocações culturais [...] (FIORINA; ABRAMS, 2008, p. 564, tradução própria)

Ao indicar que os estudos sobre polarização política iniciaram-se nos Estados Unidos, Fuks e Marques (2022) compreenderam que, para analisar as elites dominantes da política, deve-se ter o entendimento que uma discussão ideológica é indispensável, como já havia sido apontado por Abramowitz (2008). Porém, ao entenderem que o Brasil possui características próprias do contexto histórico e social do país, Fuks e Marques (2022) apontam para a existência de mais de um tipo de polarização ao estudarem a política brasileira.

Revisando a história do Brasil no período pós-redemocratização, é possível compreender o predomínio da disputa entre o PT (Partido dos Trabalhadores) e o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) nas urnas brasileiras a partir do ano de 1994 – que perdurou até o ano de 2014 – foi possível observar uma predominância do PT no poder presidencial em comparação ao PSDB. O fato é que Fuks e Marques (2022) compreendem que poucas eram as diferenças ideológicas entre os partidos que sempre disputaram o “pódio” das eleições, classificando que, tanto o PT quanto o PSDB, que até então representavam a “esquerda” e a “direita” brasileiras, respectivamente, “deslocavam-se progressivamente em direção ao centro da escala ideológica” (p. 561).

Tatagiba (2018) analisa que, diante de uma trajetória iniciada no ano de 1980, o PT, já no ano de 2002, podia ser observado como um partido que em vinte e dois anos de existência atraiu para si um aumento significativo no percentual de eleitores que se posicionavam contra o partido, criando uma identidade “antipetista”. Esses posicionamentos antipartidários vieram a público diante da mudança de direcionamento

⁴ No ano de 1992, o discurso de Pat Buchanan – na época, um insurgente candidato à presidência da república dos Estados Unidos e ex-diretor de comunicação da Casa Branca – durante a Convenção Nacional Republicana, foi um marco aos estudos sobre polarização devido a uma série de conflitos desencadeados nos Estados Unidos durante a sua sucessão. O discurso, carregado por uma declaração notável de guerra cultural em defesa da ‘alma americana’, levantou questões a respeito de temáticas morais e culturais que anteriormente não faziam parte das pautas políticas centrais.

por parte da base de apoio do PT, que passou a se aproximar dos setores mais populares do Brasil e, conseqüentemente, a se distanciar das classes médias do país.

O ódio ao PT vincula-se, dessa maneira, ao que é denominado polarização afetiva em literaturas da ciência política. Esse conceito classifica-se como o aumento da desafeição entre grupos políticos rivais (IYENGAR; SOOD; LELKES, 2012 apud FUKS; MARQUES, 2022). É com base nisso que se torna difícil definir o tipo de polarização que é vista recentemente no Brasil, pois ao mesmo tempo em que a polarização ideológica demonstrada com o esvaziamento do centro é evidente em termos identitários para os eleitores que se definem dentro de determinado alinhamento político, a polarização afetiva mostra sua presença em um cenário de ódio ao PT como partido.

Junior (2023) entende que o paralelismo político – alinhamento e simetria entre a imprensa jornalística e os partidos políticos – na mídia foi marcado pela “ausência de jornalismo profissionalizado com audiência volumosa catch-all, isto é, com distanciamento entre as editorias de opinião e notícia e apelo para o público amplo e não partidário” (p. 7). A reverberação dos estudos sobre o paralelismo nas pesquisas brasileiras em comunicação aponta para uma cobertura midiática desfavorável em relação a candidatos do PT, ainda que as análises e os estudos empíricos afastem a relação entre a abordagem negativa e o alinhamento dos veículos de mídia a determinado partido político (JUNIOR, 2023).

Um debate que se encontra no estudo da polarização, especialmente no que toca à construção da opinião pública, aparece diante do crescimento vertiginoso do consumo de informação por meio de plataformas digitais (JUNIOR, 2023).

2.2. Opinião pública, plataformização e pandemia

A opinião pública pode ser considerada um elemento essencial para a vida coletiva, sendo capaz de influenciar diretamente nas atividades fundamentais dos atores sociais. Ela é proveniente dos diálogos entre setores social, político e econômico de uma sociedade.

A filosofia política de Jürgen Habermas (1962) traz um apanhado histórico sobre o surgimento do conceito de opinião pública, que aparece ao final do século XVIII, momento em que há a consolidação dos ideais de cidadania no ocidente. O termo ‘opinião pública’ é classificado por Habermas como um exercício preliminar ao

público, que se torna capaz de julgar. Ainda na busca de uma definição de opinião pública, o conceito desdobra seu significado na ideia de uma racionalidade argumentativa e crítica, elementos estes que ele exige como critérios para a sua existência (HABERMAS, 1962).

Apesar das abordagens clássicas sobre a temática estabelecerem uma relação restrita sobre a opinião pública, cujo predomínio incide sobre a visão dicotômica de esfera pública *versus* governo em sua análise clássica, em literaturas mais recentes há a consideração de que o conceito foi expandido para outros âmbitos da vida em sociedade, criando raízes em questões mercadológicas, religiosas, culturais, etc. (RODRÍGUEZ; TORRES, 2022). A ideia de opinião pública não se identifica ao produto da somatória de várias opiniões individuais. Ao contrário disso, é categorizada como “um conjunto de visões predominantes em uma maioria de cidadãos” (CHILDS, 1939, p.331 apud RODRÍGUEZ; TORRES, 2022, p.791, tradução própria).

Relativo ao entendimento de que a vida política está passando por mudanças estruturais importantes, a principal evidência do novo cenário das formas de se fazer política é a percepção de que “os veículos de mídia tradicional já não possuem mais o monopólio da informação, e estão sendo substituídos por meios alternativos para o debate, a discussão e a formação da opinião pública” (RODRÍGUEZ; TORRES, 2022, p. 788, tradução própria).

Se a saúde pública é um tema clássico do debate político, uma vez que diz respeito à gestão de recursos e à vida das populações, desde a pandemia de coronavírus, a dimensão política das questões sanitárias parece ter ganhado novos contornos. As discussões sobre instituições e infraestrutura de saúde permanecem importantes, mas tem se fortalecido como elemento da disputa discursiva o uso de teorias conspiratórias e de desordem informacional (GOLDENBERG, 2021). As plataformas digitais têm sido, em tal contexto, um dos principais terrenos dessa nova politização da saúde pública. Não por acaso, ainda durante a pandemia, a Organização Mundial de Saúde notou que, além do vírus, outra ameaça se fazia presente para as populações: a *infodemia* ligada ao grande volume de informações (algumas falsas ou imprecisas) em circulação nas redes sociais (OPAS, 2020).

Com o marco histórico da pandemia de Covid-19 observada a partir do ano de 2020 ao redor do mundo, que se estendeu oficialmente até o ano de 2023, as redes sociais

passaram a ser o principal instrumento de interação entre as pessoas diante do isolamento social necessário para a contenção do vírus e proteção populacional, aumentando ainda mais o uso dessas ferramentas digitais no cotidiano das pessoas. Bachur (2021) considera que durante a pandemia o uso de tecnologias de mídia digital foi exatamente o que possibilitou a continuidade de atividades cotidianas, como a economia, a educação e o trabalho.

Porém, ao mesmo tempo em que houve essa facilidade em “tocar a vida”, mesmo que de maneiras alternativas, o uso excessivo das redes sociais provocou alterações permanentes e profundas nos modelos de sociabilidade. O novo modo de fluxo informacional e conversacional “facilitou a ação coletiva em termos de mobilização, expansão, organização global e geração de novos canais” (RODRÍGUEZ; TORRES, 2022, p. 788, tradução própria) e criou, conjuntamente à democratização da informação, novos modos de exercer poder.

3. PROCESSOS METODOLÓGICOS

Diante do cenário descrito, o artigo traz a seguinte questão: *de qual maneira as plataformas digitais contribuem no processo de politização da saúde?*

Para dar conta de parte desse problema, este artigo tem por objetivo geral analisar o teor narrativo de postagens a respeito de vacinação e saúde coletiva, publicadas por usuários brasileiros do X, tendo como recorte temporal o período datado entre 1º de Janeiro a 30 de Abril de 2024. Essa base de dados foi extraída pelo Laboratório de Internet e Ciência de Dados (LABIC/UFES). Do ponto de vista metodológico, o trabalho foi dividido em seis etapas.

Na extração, 100.379 postagens contendo o termo ‘vacina’ foram coletadas por meio da ferramenta *Export Comments*, que utiliza o *scraping*⁵ como modo de coleta. Na etapa seguinte, a de Mineração de Dados, foi utilizado o *software* Ford/Labic para realizar o processamento dos dados, de modo que dentre os 23.560 usuários participantes dessa base de dados, foram filtrados os 100 mais influentes nas discussões do período. A filtragem dos usuários foi pautada através da estipulação de uma métrica que relaciona os atores principais das conversações ao maior número de curtidas contidas nas

⁵ Em tradução livre, a raspagem é um meio de extração de dados da web, intermediada pelo uso de softwares de automatização, que agem como uma ferramenta de “copia e cola” direcionadas a informações públicas que circulam na internet.

postagens referentes à vacina. O intuito da filtragem foi estabelecer uma amostragem, buscando demonstrar a predominância dos tipos de atores que encontram-se no centro das discussões a respeito de vacina no X. Desse modo, na terceira etapa, houve a tipificação dos atores envolvidos nas conversações vacinais.

A tipificação realizada dividiu os atores em 8 categorias: 1) *Cargos de Gestão*: políticos em exercício de poder, candidatos a cargos públicos, ministros e pessoas relacionadas a instituições públicas. 2) *Veículos de Mídia*: imprensa tradicional, jornalistas e canais independentes, páginas de entretenimento e mídia partidarizada. 3) *Ativistas Políticos*: atores envolvidos com temáticas da política brasileira, porém, sem relação direta com instituições ou cargos públicos. 4) *Influenciadores*: artistas e influenciadores digitais. 5) *Profissionais da Saúde*: médicos, psicólogos, enfermeiros e pesquisadores. 6) *Sem relevância específica*: usuários que apareceram na coleta por conta de publicações contendo memes e comentários cotidianos. 7) *Conspiracionistas*: atores responsáveis por disseminar informações duvidosas a respeito de obscurantismo na política mundial, com forte ligação à desordem informacional. 8) *Deplataformizados*: usuários que foram banidos ou que tiveram suas contas excluídas da plataforma digital por conta de violações à política de uso do X.

Após a tipificação, a quarta etapa contou com a detecção dos principais tipos de narrativa vacinal observados durante o período. A partir disso, os eixos temáticos foram divididos em: 1) *Culpabilização/Polarização*: narrativas que buscam apontar um culpado para os problemas referentes à saúde pública, relacionando-os com a política do governo Lula em contraposição ao governo Bolsonaro. 2) *Desinformação*: informações e notícias falsas, sem embasamento científico e extraídas de fontes não-confiáveis. 3) *Informação*: notícias e informações que possuem comprometimento com fatos verificados, cujo intuito é beneficiar a coletividade. 4) *Teorias da Conspiração*: informações duvidosas a respeito de obscurantismo na política mundial, com forte ligação à desordem informacional.

A seguir, foi feita a visualização dos dados, com a produção de gráficos que mostram o percentual de predominância dos tipos de atores envolvidos nas discussões. Conjuntamente, foi realizada a produção de grafos de palavras, por meio do uso do software de visualização de redes complexas, *Gephi*. A visualização dos principais termos utilizados nas discussões possui finalidade de demarcar as temáticas centrais

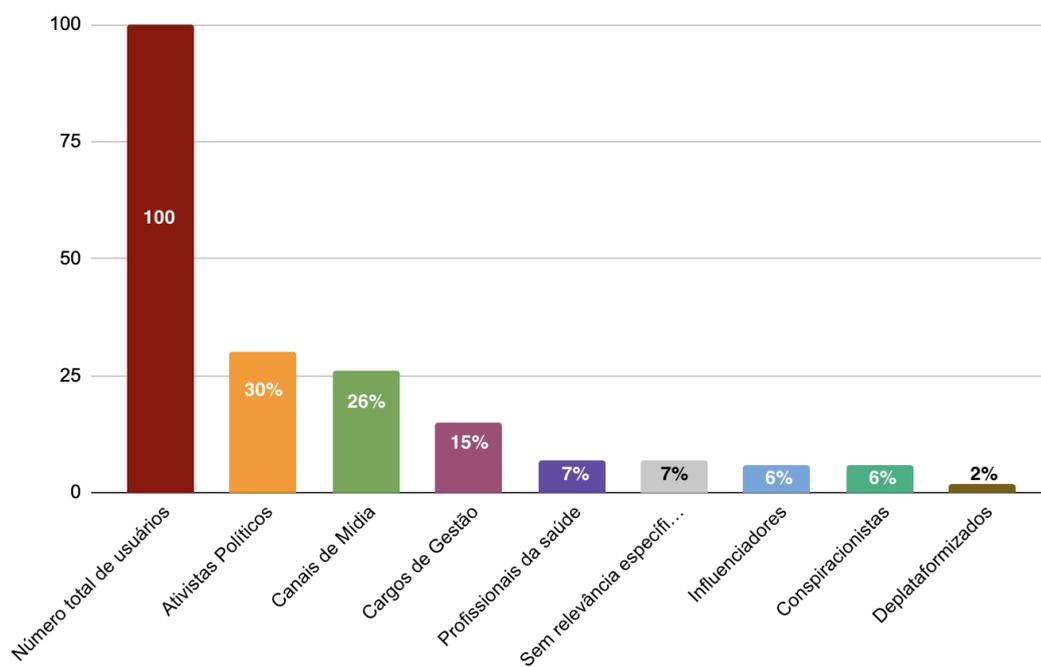
tratadas durante o período e as formas como as narrativas vacinais se dividem. Por fim, a última etapa contou com a análise dos resultados, combinada com uma revisão bibliográfica sobre polarização política e pandemia no Brasil, com direcionamento ao fenômeno da plataformização da vida social.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Atores envolvidos nas conversações vacinais

Os resultados preliminares, visualizados no gráfico de distribuição de atores por categorias (Figura 1), realizado com base em uma amostra dos 100 usuários que mais receberam curtidas em suas publicações contendo o termo ‘vacina’, mostram que as três principais categorias que se destacaram nas discussões vacinais foram: “ativistas políticos”, “canais de mídia” e usuários que ocupam “cargos de gestão”.

Figura 1 - Distribuição percentual de atores nas discussões sobre vacina no X



Fonte: Labic/UFES.

Dentro da cartografia realizada, foi constatado que cerca de 30% dos usuários mais influentes nas discussões durante o período tratam-se de ativistas políticos, representados por dois tipos de alinhamento político, marcados pelo bipartidarismo PT (associado à figura do presidente Lula) *versus* PL (associado à figura do ex-presidente

Jair Bolsonaro). Além disso, 15% dos atores de maior influência tratam-se de usuários que ocupam cargos de gestão, tornando possível afirmar a relação direta destes com a atividade político-institucional. Ao somar o total percentual dos ativistas políticos ao percentual de cargos de gestão, a totalização mostra o valor de 45% dos atores, revelando a predominância da pauta política como temática de interesse dos usuários que representam quase metade do número de atores mais relevantes no período.

Além do caráter político associado aos atores que dominam a influência das discussões vacinais, é possível observar a presença de canais de mídia, que representam cerca de 26% do total dos usuários tipificados. O papel dessa categoria de atores mostrou-se relevante devido a dois caminhos distintos visualizados na análise: as mídias tradicionais desempenharam papel fundamental no combate à desinformação, em contraste às mídias independentes partidárias, que foram as responsáveis pela publicação de notícias tendenciosas a respeito das medidas políticas adotadas pelo governo em prol da saúde.

Em menor escala, a presença de atores conspiracionistas representou uma cota de 6% dos usuários da amostra. Ainda que em papel secundário, a existência da desordem informacional a respeito da temática vacinal durante o período pode ser associada a esses atores, que foram diretamente responsáveis pela disseminação de desinformação sobre as vacinas.

4.2. Viralidade das narrativas sobre vacina no X

A respeito da predominância narrativa das conversações vacinais no X, os resultados obtidos através da análise discursiva mostraram a centralização de interações cuja temática política mostrou-se como o principal pano de fundo. A perspectiva da culpabilização foi identificada como a principal categoria narrativa durante o período estudado, representando o tom maior da análise. Paralela à temática política, também foi possível identificar a presença de desinformação a respeito das vacinas, que representou o tom menor da análise.

O grafo de palavras observado na Figura 2 mostra a rede de termos mais utilizados nas narrativas sobre vacinação entre os meses de Janeiro e Abril de 2024.

Figura 2 - Rede de palavras mais utilizadas em narrativas sobre vacinação no X

matava 3000 por dia e Bolsonaro RECUSOU 300 milhões de doses da vacina. Quem pesquisou Anita deveria ter vergonha de falar." 28 Jan. 2024, 8:10 am. *Tweet*.

DIDIEL (@dantireds): "Quantas vacinas da Dengue o Janjo do Amor tem disponíveis para a população um ano depois da aprovação pela ANVISA? 1.3 milhões. No governo do ódio, quantas doses da vacina da covid foram aplicadas após um ano da aprovação pela ANVISA? 350 milhões." 28 Mar. 2024, 11:20 am. *Tweet*.

As menções à vacina aparecem como instrumento de qualificação ou descredibilização de determinado governo ou figura política, sendo pouco atrelada ao seu valor real de componente da saúde. Em outros casos, a narrativa política mistura-se com o posicionamento anti-vacina, especialmente tratando-se de narrativas associadas a usuários de extrema-direita, que demonstram em diversos momentos os seus ideais de hesitação vacinal.

CARDOSO, F. (@dr_francisco_): "Enquanto se arrasta a discussão sobre a introdução de uma vacina inútil e perigosa no PNI, 3 pessoas irão morrer por dia no Brasil de dengue e o governo ainda não incorporou a vacina Qdenga, eficaz e segura, no calendário vacinal. Quem é rico vai tomar e quem é pobre vai ficar exposto. Nísia Anti-vacina? Sim. Lula genocida? Sim também. Porque a prioridade para uma vacina ineficaz e perigosa para uma doença que está muito leve atualmente x uma doença que vai causar epidemias e mortes em todo o país?" 14 Jan. 2024, 8:59 am. *Tweet*.

As narrativas mostram-se divididas, sem uma predominância ideológica, tendo em vista que o fator central das discussões não é a vacina em si e, sim, o jogo político. Tais publicações atribuem, tanto a Lula, quanto a Bolsonaro adjetivos como "genocida" diante das mortes provocadas por doenças que poderiam ser evitadas pelas vacinas. O uso do adjetivo evidencia a entonação intencionalmente agressiva das narrativas de culpabilização.

Seguindo a lógica da politização da saúde, o cluster de cor rosa traz ao debate vacinal a questão da obrigatoriedade vacinal decretada pelo governo Lula no início do ano de 2024. A maioria dos atores que postaram a respeito disso questionam o direito à liberdade de escolha, apontando que o Estado não poderia imputar a imunização como obrigação.

MACHADO, M. (@mariluciadm): "Nem pelos teus filhos ti desses ao trabalho de pesquisar sobre o que está acontecendo no mundo em relação a vacina da covid? Tu sabe o que é liberdade de escolha? Por que obrigar os outros se tu e tua família estão protegidos?" 16 Fev. 2024, 10:44 pm. *Tweet*.

Por fim, o cluster de cor azul claro, ao trazer os termos "efeitos", "colaterais", "pfizer", "risco" e "experimental", demonstra o tom menor das discussões que, apesar de se apresentar em um plano secundário nas conversações, possui relevância no debate vacinal ao que toca à hesitação vacinal e a desinformação. Apesar de possuir como pauta principal a ideologia anti-vacina, a sua relação com a politização da saúde se evidencia por meio de menções diretas a figuras políticas e partidos, atrelando a estes a culpa por, supostamente, serem coniventes com a indústria farmacêutica.

RAFAELI, F. (@filipe_rafaeli): “Ele ajudou. Inclusive com o PSOL virando puxadinho da big pharma, defendendo vacina covid obrigatória em crianças. Único país do mundo a fazer isso. Na europa, sequer recomendam para crianças saudáveis. Aqui, para todas.” 30 Abr. 2024, 5:15 pm. *Tweet*.

A apropriação da vacina e da temática da saúde como ferramentas do jogo político torna possível compreender o papel desempenhado pela narrativa de culpabilização, tendo em vista o seu intuito de ataque às fraquezas de determinada gestão. Para além disso, o caráter afetivo da polarização política evidencia a associação da temática vacinal a questões de ordem moral, intuitivamente listadas à desmoralização de determinada figura política.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos conclusivos, o quadrimestre foi marcado por uma ampla discussão política a respeito de saúde coletiva e imunização. A polarização política evidente nas instituições brasileiras fomenta debates a respeito de responsabilidade de gestão da saúde pública, produzindo movimentos dialéticos de culpabilização de determinado governo, figura política ou gestão pelas lacunas na política nacional de imunização.

Além da questão política, um subtema como a desinformação aparece em menor escala se comparado com número total de dados, porém, o seu conteúdo apresenta acusações graves às vacinas sobre efeitos colaterais e danos à saúde de pessoas imunizadas.

Por fim, é possível observar que a opinião expressa nas redes sociais demonstra ser um referencial válido para a compreensão de fenômenos sociais e os seus desdobramentos, tornando o estudo das plataformas digitais uma medida de monitoramento da vida política (XAVIER *et al.*, 2020).

6. REFERÊNCIAS

ABRAMOWITZ, A. **Is polarization a Myth?** The Journal of Politics, University of Chicago Press on behalf of the Southern Political Science Association, vol. 70, nº 2, pp. 542-555, 2008.

ALKMIM, A.C.; TERRON, S.L. **O Brasil é realmente um país polarizado?** Análise das eleições presidenciais de 1989 a 2018. Revista Estudos Avançados, 36 (106), USP, São Paulo, 2022.

AZEVEDO, D. (@RotondiDenise): **“Muito menos mortes do q Bolsonaro causou em horas. Pq não havia disponibilidade de muitas doses da vacina para comprar, a dengue mata 1000 por ano, a covid matava 3000 por dia e Bolsonaro RECUSOU 300 milhões de doses da vacina. Quem pesquisou Anita deveria ter vergonha de falar.”** 28 Jan. 2024, 8:10 am. *Tweet*.

BACHUR, J. P. **Desinformação Política, Mídias Digitais e Democracia: Como e Por Que as Fake News Funcionam?** Assunto Especial, RDP, Brasília, Volume 18, n. 99, 436-469, 2021.

BENKLER, Y; FARIS, R; ROBERTS, H. **Network Propaganda: Manipulation, Disinformation and Radicalization in American Politics.** New York: Oxford University Press. 2018.

CARDOSO, F. (@dr_francisco_): **“Enquanto se arrasta a discussão sobre a introdução de uma vacina inútil e perigosa no PNI, 3 pessoas irão morrer por dia no Brasil de dengue e o governo ainda não incorporou a vacina Qdenga, eficaz e segura, no calendário vacinal. Quem é rico vai tomar e quem é pobre vai ficar exposto. Nisia Anti-vacina? Sim. Lula genocida? Sim também. Porque a prioridade para uma vacina ineficaz e perigosa para uma doença que está muito leve atualmente x uma doença que vai causar epidemias e mortes em todo o país?”** 14 Jan. 2024, 8:59 am. *Tweet*. Disponível em: https://x.com/Dr_Francisco_/status/1746502199482429868. Acesso em: 5 de Junho de 2024.

DIDIEL (@dantireds): **“Quantas vacinas da Dengue o Janjo do Amor tem disponíveis para a população um ano depois da aprovação pela ANVISA?1.3 milhões.No governo do ódio, quantas doses da vacina da covid foram aplicadas após um ano da aprovação pela ANVISA?350 milhões.”** 28 Mar. 2024, 11:20 am. *Tweet*.

DIMAGGIO, P. et al. **Have Americans’ Social Attitudes Become More Polarized?** American Journal of Sociology, Vol. 102, nº 3 (Nov. 1996), pp. 690-755, University of Chicago Press, 1996.

FIORINA, M.P.; ABRAMS, S.J. **Political Polarization in the American Republic.** Annual Review of Political Science, University of Iowa, 2008.

FUKS, M.; MARQUES, P.H. **Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil.** Revista Opinião Pública, Vol. 28, nº4, (Set-Dez), CESOP-Unicamp, 2022.

GILSOGAMO, A.P. **Há opinião pública nas redes sociais digitais?** Anais USP [s/d].

GOLDENBERG, M. **Vaccine Hesitancy: Public Trust, Expertise and the War on Science.** Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2021.

GUAZINA, L. **O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares.** Revista Debates, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.-dez, 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/303962811.pdf>

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa. Editora Unesp, 2ª edição (2014), São Paulo, 1962.

JUNIOR, M.A. **As flutuações de longo prazo da polarização no Brasil** - Análise do Compartilhamento de Informações Políticas entre 2011 e 2019. Revista DADOS, Rio de Janeiro, vol.66 (2): e20200076, 2023.

JUNIOR, M. A. F.; SILVEIRA, S. A. **O WhatsApp e a Plataformização no Brasil**: uma descrição densa dos agentes articulados nas práticas de controle mediadas pela plataforma. Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun. 46, 2023. <https://doi.org/10.1590/1809-58442023136pt>

MACHADO, M. (@mariluciadm): **“Nem pelos teus filhos ti desses ao trabalho de pesquisar sobre o que está acontecendo no mundo em relação a vacina da covid? Tu sabe o que é liberdade de escolha? Por que obrigar os outros se tu e tua família estão protegidos?”** 16 Fev. 2024, 10:44 pm. *Tweet*.

OPAS. **Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19**. Kit de ferramentas de transformação digital. Ferramentas de conhecimento; 9. 2020 Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52054>. Acessado em: 28 maio 2024.

RAFAELI, F. (@filipe_rafaeli): **“Ele ajudou. Inclusive com o PSOL virando puxadinho da big pharma, defendendo vacina covid obrigatória em crianças. Único país do mundo a fazer isso. Na europa, sequer recomendam para crianças saudáveis. Aqui, para todas.”** 30 Abr. 2024, 5:15 pm. *Tweet*. Disponível em: https://x.com/filipe_rafaeli/status/1785357197825683663. Acesso em: 5 de Junho de 2024.

RECUERO, R. **Introdução à análise de redes sociais online**. Salvador: Edufba, 2017.

RODRÍGUEZ, J.C.; TORRES, C. **La opinión pública en Twitter: Análisis durante la contienda electoral en la capital colombiana**. Revista Opinión Pública, Campinas, vol. 28, no 3, pp. 787-827, set.-dez, 2022.

TATAGIBA, L. **Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff**. Lusotopie Journal, Editora Brill, vol. 17, pp. 112-135, Paris, 2018.

VAN DIJCK, J.; NIEBORG, D.; POELL, T. **Plataformização**. Revista Fronteiras - estudos midiáticos, v. 22, n. 1, p. 2-10, 2020.

XAVIER, F. et. al. **Análise de redes sociais como estratégia de apoio à vigilância em saúde durante a Covid-19**. Estudos Avançados, 34 (99), p. 261-281, 2020.